

Assim vai o Défice

Liga do Crescimento • Maio 2017

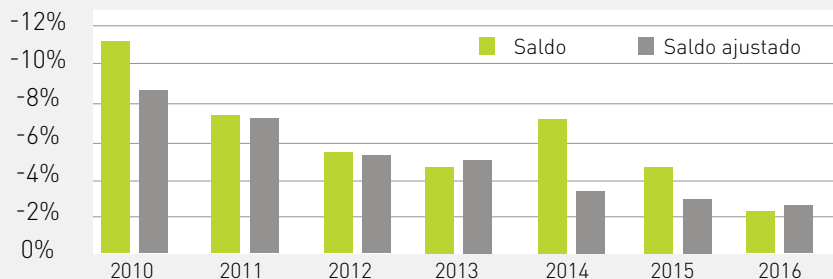


...em 2016

Portugal saiu do procedimento de défice excessivo e o défice registado em 2016 atingiu o valor assinalável de 2,0% do PIB. Também é incontornável que esta vitória não significa o fim de um longo caminho que ainda teremos de percorrer, todos concordamos que não poderemos voltar ao passado e que as contas públicas devem estar equilibradas. Importa, por isso, compreender como atingimos esta meta em 2016 para avaliarmos o esforço que temos adiante.

SALDO ORÇAMENTAL ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

% PIB



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016, Abril 2017. CFP | Análise do Programa de Estabilidade 2017-2021, Maio de 2017.

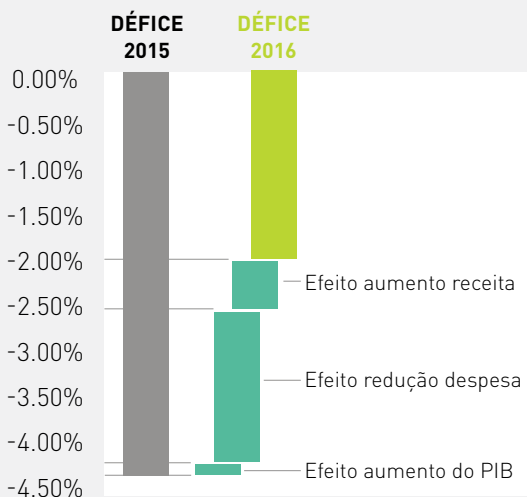
Em 2016, o défice das Administrações Públicas atingiu os 2,0%. É inegável que é um feito histórico, numa análise à evolução deste indicador desde 1995 não se encontra um défice a este nível.

0,4p.p. decorrem da aplicação de medidas temporárias do lado da receita, medidas não repetíveis em 2017 e que terão de ser substituídas por outras para manter este nível de défice.

Nos dois anos anteriores, as medidas extraordinárias, ao contrário de 2016, contribuíram para que o saldo global fosse superior ao saldo ajustado (medidas em larga medida associadas à capitalização dos bancos).

DECOMPOSIÇÃO DO AJUSTAMENTO DO DÉFICE ENTRE 2015 E 2016

% PIB



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016. Abril 2017. INE | Contas Nacionais, Quadro B.4.1.6, Maio 2017. Cálculos relativos aos efeitos de ajustamento do défice realizados por AMC.

RECEITA

Na componente da receita, a receita fiscal aumentou 1,4% [justificado por um aumento dos impostos indiretos, 3,9%, tendo os impostos diretos diminuído 1,9%], assim como as contribuições sociais (+3,9 que no ano anterior). Globalmente, a receita em 2016 aumentou menos de 1%, mas este crescimento reduzido deve-se essencialmente à quebra nas receitas de capital.

RECEITA CORRENTE
(VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR) **1,4%**

RECEITA DE CAPITAL
(VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR) **27,9%**

DESPESA

Do lado da despesa, verifica-se que uma parte significativa da quebra da despesa, responsável por uma boa parte do ajustamento do défice em 2016, decorre da redução da despesa de capital (investimento público). Na despesa corrente primária, as despesas com pessoal, consumos intermédios e prestações sociais aumentaram.

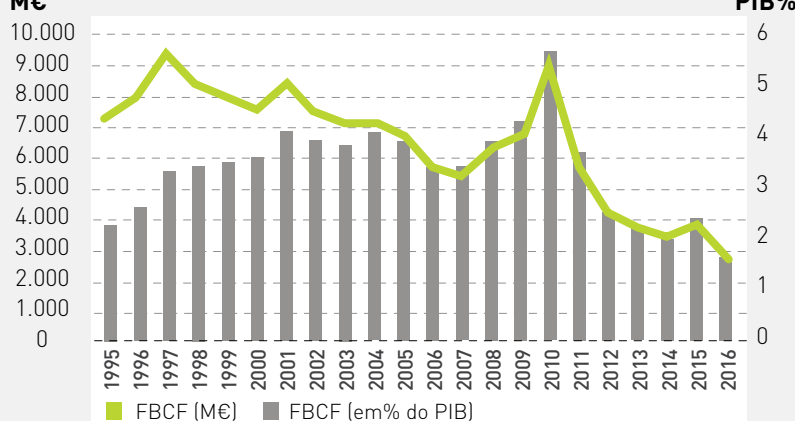
DESP. CORRENTE PRIMÁRIA
(VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR) **1,4%**

DESPESA DE CAPITAL
(VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR) **52,7%**

RECEITA CORRENTE
(VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR) **4,3%**

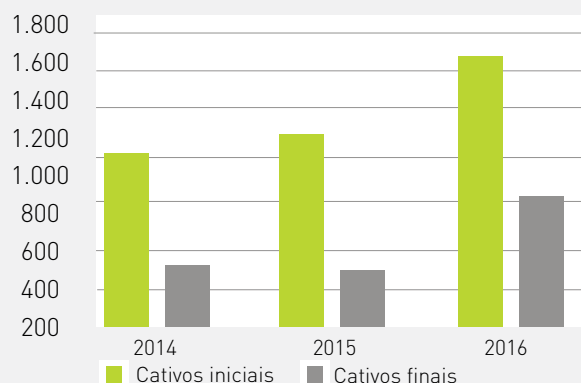
EVOLUÇÃO FBCF DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

M€ % PIB e M€



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016, Abril 2017. INE | Contas Nacionais, Quadro B.4.1.1, Maio 2017.

EVOLUÇÃO DAS CATIVAÇÕES ORÇAMENTAIS M€



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016. Abril 2017. Notas: Os dados relativos a 2016 não incluem cativos sobre transferências correntes e de capital por se desconhecer os respetivos cativos finais consolidados (de acordo com a DGO, os respetivos cativos iniciais consolidados ascenderam a 52 M€).

...Sair do procedimento de défice excessivo

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA FISCAL 2016 (PRINCIPAIS RÚBRICAS)

M€ e variação face a 2015

IMPOSTOS DIRETOS



IRS
12.926 (3,8%)



IRC
5.673 (1,1%)

IMPOSTOS INDIRETOS



IVA
15.753 (2,5%)



ISP
3.411 (11,1%)



IMI
1.507 (0,4%)



IT (Tabaco)
1.483 (9,3%)

Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016. Abril 2017

Apesar da concretização da meta do défice em 2016 ter sido maioritariamente atingida por via da redução da despesa, uma análise mais fina permite-nos compreender que a quebra da despesa decorre da redução da despesa de capital (investimento), tendo inclusivamente se verificado um aumento da receita corrente primária.

Uma análise detalhada da receita permite igualmente compreender que o contributo da receita fiscal, em particular dos impostos indiretos (variação de +3,9 face a 2015), e das contribuições sociais (variação de +3,9 face a 2015) para a concretização desta meta foi também significativa. A redução da receita do IRS (-502M€ do que em 2015) foi amplamente recuperada pelo aumento da receita de impostos indiretos, designadamente o Imposto sobre os produtos petrolíferos (+340M€ do que em 2016) e imposto sobre o tabaco (+ 126M€ do que no ano anterior). O balanço entre a redução da receita de IRS e o aumento dos impostos indiretos não nos permite, contudo, chegar a uma conclusão definitiva sobre a efetiva recuperação de rendimentos das famílias, uma vez que uma parte da receita destes impostos indiretos advém das empresas.

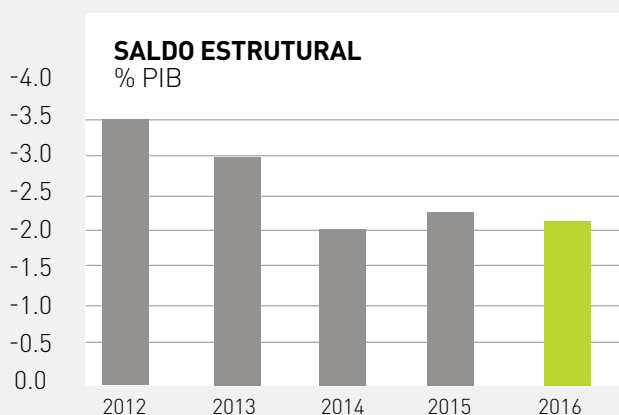
Sair do procedimento de défice excessivo traz-nos maior flexibilidade na realização de algumas despesas relacionadas com reformas estruturais e investimento público, maior credibilidade junto de investidores, mas é uma saída que nos impõe ainda um conjunto de metas a atingir ao nível do saldo estrutural (saldo corrigido do efeito cíclico e de medidas extraordinárias) e da dívida pública. A redução do saldo estrutural entre 2015 e 2016 foi de apenas 0,1p.p. do PIB e dívida pública terá de ser reduzida até 60% do PIB estando atualmente acima dos 130%. A concretização destas metas até 2021 está prevista e alinhada com as medidas previstas no programa de estabilidade.

Equilibrar as contas públicas permanece uma prioridade, todos concordamos que não podemos voltar atrás.

SAIR DO PROCEDIMENTO DE DÉFICE EXCESSIVO OBRIGARÁ A...

EQUILIBRAR, A MÉDIO PRAZO, O SALDO ESTRUTURAL

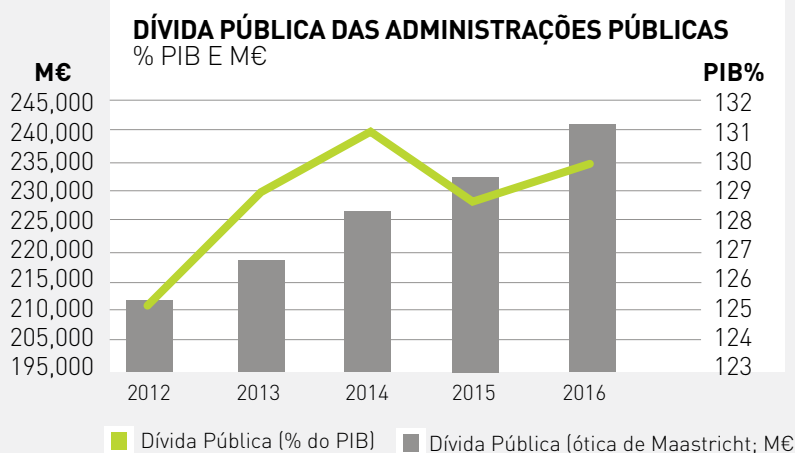
+0,25% do PIB



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016, Abril 2017.
CFP | Análise do Programa de Estabilidade 2017-2021, Maio de 2017.

REDUZIR A DÍVIDA PÚBLICA

60% do PIB, reduzindo pelo menos 1/20 por ano



Fonte: CFP | Análise da conta das Administrações Públicas 2016. Abril 2017.

Nota: Para a redução da dívida pública existe um período transitório de 3 anos, onde o grau de exigência pode ser menor.

A Missão Crescimento
A AMC - ASSOCIAÇÃO MISSÃO CRESCIMENTO é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem por objeto o lançamento de iniciativas que visem a identificação de ações e medidas concretas para a promoção do crescimento da economia portuguesa.

Tem como associados e patrocinadores a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Economistas, o Fórum dos Administradores de Empresas e Projeto Farol/Deloitte.

Esta publicação foi elaborada em colaboração com a Deloitte.

O Conselho Geral
Jorge MARRÃO (Presidente)
Rui MARTINHO (Vice-Presidente)
Carlos MINEIRO AIRES (Vice-Presidente)
Luís Filipe PEREIRA Esmeralda DOURADO
Luís MAGALHÃES
Luís BRAGA da CRUZ
JM BRANDÃO de BRITO
Alberto CASTRO

Adriano Gomes PIMPÃO
Daniel PROENÇA de CARVALHO
João SALGUEIRO
António SALVADOR PINHEIRO
António GUERREIRO
A Direção Executiva
Paulo CARMONA (Presidente)
António PINHO CARDÃO (Vice-Presidente)
Álvaro NASCIMENTO
Clemente PEDRO NUNES
Luís SÍTIMA

Ficha técnica:
Data de publicação: Maio 2017

Direção: Paulo Carmona
Edição: Filipa Sousa Santos
Contacte-nos através de:
WebPage: www.missaocrescimento.com
Facebook: <https://www.facebook.com/#!/AM-Crescimento>
E-mail: info@missaocrescimento.com
Morada: a/c FAE Rua da Junqueira, n.º 39 - 2.º
Piso 1300-307 Lisboa Telefone: +351 21 3618250